



escola de **gestores**
da educação **básica**

AVALIAÇÃO PEDAGÓGICA NO ENSINO FUNDAMENTAL

Belo Horizonte

2015



CRISTINA MARIA MANSUR TRINDADE

AVALIAÇÃO PEDAGÓGICA NO ENSINO FUNDAMENTAL

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), como requisito parcial para obtenção do título de Especialista em Gestão Escolar.

Orientadora: Prof^a Ma. Beatriz Lopes Falcão

Belo Horizonte

2015

CRISTINA MARIA MANSUR TRINDADE

AVALIAÇÃO PEDAGÓGICA NO ENSINO FUNDAMENTAL

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresentado em 21 de março de dois mil e quinze, como requisito necessário para a obtenção do título de Especialista em Gestão Escolar, aprovado pela Banca Examinadora, constituída pelos seguintes educadores:

Prof. Nome completo do Professor – Avaliador

Profa. Ma. Beatriz Lopes Falcão – Orientadora

Cristina Maria Mansur Trindade- Cursista

Belo Horizonte

2015

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo analisar os tipos de avaliações aplicadas na Escola Estadual Doutor Ulisses Vasconcelos, bem como a importância da participação dos pais neste processo. O primeiro capítulo aborda a finalidade da avaliação no contexto escolar de forma a valorizar a avaliação como um processo positivo para o crescimento do desempenho escolar dos educandos. O capítulo segundo relata os tipos de avaliações aplicadas internamente na mencionada escola, como um processo de construção do conhecimento, de forma a reconhecer o erro como uma ferramenta de análise para uma aprendizagem mais significativa. Como uma forma de coletar dados para avaliar a qualidade da educação básica no país, o terceiro capítulo vem expor as formas de avaliação externas relacionadas as avaliações internas que visam a formação integral do educando no processo ensino aprendizagem. E para concluir o quarto capítulo, deixa evidente que, a participação e preocupação da família com o desempenho escolar dos filhos tende a elevar significativamente a qualidade da educação.

INTRODUÇÃO	5
CAPÍTULO 1 - AVALIAÇÃO PEDAGÓGICA NO CICLO DA ALFABETIZAÇÃO E CICLO COMPLEMENTAR DO ENSINO FUNDAMENTAL	7
CAPÍTULO 2 - TIPOS DE AVALIAÇÃO	11
2.1 – Avaliação Diagnóstica.....	11
2.2 – Avaliação Cumulativa	12
2.3 - Avaliação Contínua.....	13
CAPÍTULO 3 - AVALIAÇÃO PEDAGÓGICA.....	16
3.1–Avaliação Interna	16
3.2- Avaliação Externa.....	17
CAPÍTULO 4 - A PARTICIPAÇÃO DOS PAIS NO APRENDIZADO DOS ALUNOS	19
4.1 – Fator relevante na aprendizagem dos alunos	19
CONSIDERAÇÕES FINAIS	22
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	23
ANEXO	24

INTRODUÇÃO

A avaliação se faz presente a todo o momento, quer no ambiente escolar, quer em outros ambientes onde há relações de trabalho, relações sociais em geral.

Avaliar é antes de tudo rever os aspectos que foram trabalhados no indivíduo. Avaliar para rever e iniciar de um ponto de partida.

A avaliação é essencial a educação. Inerente e indissolúvel, enquanto concebida como problematização, questionamentos, reflexão sobre a ação. Educar é fazer ato do sujeito e problematizar o mundo em que vivemos para superar as contradições, comprometendo-se com esse mundo para recriá-lo constantemente. (Hoffmann, 2005, p.15).

No contexto escolar é necessário estar em constante avaliação, pois diante de uma análise avaliativa torna-se possível detectar as dificuldades do educando de forma torna-lo sujeito de seu próprio aprendizado. Não significa somente mensurar o conhecimento apreendido, significa também diversificar o contexto da aprendizagem.

Avaliar para classificar e julgar, não. Avaliar para crescer cognitivamente e aprender para se tornar um cidadão preparado para as adversidades futuras.

Desta forma deve haver em primeiro momento, um ensino com metodologia que possa o mediador – professor, desenvolver a autonomia e a participação do educando no seu processo ensino-aprendizagem.

Deve contemplar no projeto político pedagógico da escola, a intenção da inserção da comunidade no âmbito escolar, fazendo agir de forma efetiva para assumir como corresponsáveis pela educação escolar dos alunos.

O Projeto Político Pedagógico (PPP, 2014) da Escola Estadual Doutor Ulisses Vasconcelos, procura envolver os pais nas tomadas de decisões de forma a trazê-los para a escola e participar no desenvolvimento escolar dos filhos com efetiva participação também no âmbito familiar.

À medida que os pais se envolvem diretamente numa tarefa escolar que foi enviada para casa, sua participação vai se tornando uma rotina diária que contribui mais e mais no sucesso escolar do filho.

Cabe à escola envolver e buscar a participação dos pais numa relação recíproca escola/família para que melhore significativamente as condições de aprendizagem dos seus alunos.

Neste sentido, o presente trabalho se propõe a analisar e refletir sobre a avaliação escolar e a participação dos pais ou responsáveis neste processo.

A avaliação permite um avanço no potencial cognitivo do educando, se trabalhada com compromisso com o processo ensino-aprendizagem.

Em parceria com a família que mostra-se presente e atuante na educação do filho, a avaliação se dá de forma reflexiva e de constante construção como é o que busca a escola supracitada.

CAPÍTULO 1 - AVALIAÇÃO PEDAGÓGICA NO CICLO DA ALFABETIZAÇÃO E CICLO COMPLEMENTAR DO ENSINO FUNDAMENTAL

O desenvolvimento contínuo de um processo educativo deve ser sempre avaliado na perspectiva do desempenho cognitivo, levando em consideração a faixa etária do educando e do desenvolvimento dos conteúdos curriculares. Dentre as finalidades da avaliação deve-se priorizar a avaliação como fonte de subsídios para o avanço do aprendizado de cada um.

Para que o aprendizado seja eficaz, torna-se necessário utilizar formas de mediação do conhecimento que levem o educando a estar sempre em busca de novos conceitos de aprendizagem. Portanto, avaliar na dimensão geral do educando dentro das habilidades e competências adquiridas por eles na sua fase de aprendizagem. Avaliar para prosseguir na sua formação cidadã, pela mediação do conhecimento científico, social e humano.

Conforme Melchior (2002, p.37/38),

No decorrer dos tempos, a avaliação perdeu seu verdadeiro significado e passou a ter apenas a função de controle. Muitas vezes até tomou o lugar da própria aprendizagem. Percebe-se que alguns professores “ensinam” somente o que vai ser avaliado e, conseqüentemente, alunos “estudam” apenas o que vai ser “cobrado”, como se a aprendizagem servisse unicamente para ser avaliada.

Verdadeiramente, a avaliação da educação brasileira passou a ser banalizada e vista como uma forma de controlar o educando. Professores despreparados tentam manter os alunos nas salas de aula sobre pressão de uma avaliação com objetivo de aprovação ou não de cada um. Apresentando apenas conteúdos que seriam avaliados, tornando assim uma aula mais fácil de ser preparada, sem atrativos, sem desafios para os alunos, com o objetivo único de garantir um resultado baseado em números estatísticos que definem as notas e classificação de cada um.

A partir de reflexões a respeito da avaliação, toda a equipe da E.E. Dr. Ulisses Vasconcelos vem estudando uma maneira de avaliar seus alunos de forma a tornar este processo marcado pela inclusão, diálogo, construção da autonomia, da mediação dos conhecimentos, da participação ativa e da construção da responsabilidade coletiva.

A verificação do rendimento escolar do aluno, segundo o artigo 24, capítulo V, alíneas a, c e e da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, pressupõe:

- a) A avaliação contínua e cumulativa do desempenho do aluno, com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos e dos resultados ao longo do período sobre os de eventuais provas finais;
- c) Possibilidade de avanço nos cursos e nas séries mediante verificação do aprendizado;
- e) Obrigatoriedade de estudos de recuperação, de preferência paralelos ao período letivo, para os casos de baixo rendimento escolar, a serem disciplinados pelas instituições de ensino em seus regimentos; (BRASIL, 1996)

Com base na legislação supracitada, é completamente arbitrária a concepção de avaliação apenas para compilar dados estatísticos ou como forma de punição aos educandos numa instituição escolar comprometida com a educação de qualidade.

Avaliar, portanto deve ter como finalidade refletir sobre a análise da realidade dos fatos para que possam ser traçadas novas diretrizes com ações concretas de aprendizagem com a experiência e não um simples ato de obediência às regras impostas.

Baseada na lei mencionada, a Resolução da Secretaria Estadual de Educação de Minas Gerais nº 2197/2012, também destaca no seu art. 69, incisos II, IV, V VI e VII, que a avaliação da aprendizagem dos alunos deve:

- II - ser contínua, cumulativa e diagnóstica;
- IV- fazer prevalecer os aspectos qualitativos do aprendizado do aluno sobre os quantitativos;
- V- assegurar tempos e espaços diversos para que os alunos com menor rendimento tenham condições de ser devidamente atendidos ao longo do ano letivo;
- VI- prover, obrigatoriamente, intervenções pedagógicas, ao longo do ano letivo, para garantir a aprendizagem no tempo certo;
- VII- assegurar tempos e espaços de reposição de temas ou tópicos dos Componentes Curriculares, ao longo do ano letivo, aos alunos com frequência insuficiente; (MINAS GERAIS, 2012)

Os professores e a equipe pedagógica, juntamente com a direção da E. E. Dr. Ulisses Vasconcelos, procuram estar sempre atentos à qualidade da aprendizagem de todos os alunos de forma a garantir-lhes uma formação integral,

consolidando e aprofundando os conhecimentos, competências e habilidades com base nos Conteúdos Básicos Comuns.

A referida escola ocupa uma posição bastante satisfatória dentro da educação brasileira, pois conta com uma nota avaliada pelo IDEB em 2013, com valor superior, a meta esperada para o ano de 2021.

Enquanto instituição, o papel que se espera da escola é que possa colaborar na formação do cidadão (objetivo de que participam outras instâncias sociais) pela mediação do conhecimento científico, filosófico (especificidade). O conhecimento não tem sentido em si mesmo: deve ajudar a compreender o mundo, e a nele intervir. Assim sendo, compreendemos que a principal finalidade da avaliação no processo escolar é ajudar a garantir a construção do conhecimento, a aprendizagem por parte dos alunos (VASCONCELLOS, 1995, p. 46).

Apesar de todo trabalho desenvolvido ao longo dos anos, o maior desafio é conseguir elevar o índice de interesse e responsabilidade dos pais em relação à educação escolar dos filhos.

Os profissionais da educação precisam ter consciência do seu papel na sociedade, precisam tomar consciência do poder que têm em suas mãos é que pode transformar o futuro de um país de maneira a construir um mundo de justiça, igualdade, respeito e dignidade.

Para finalizar é possível constatar que, para que a avaliação seja considerada como um processo bem sucedido é porque houve realmente uma aprendizagem significativa onde resultou na compreensão de significados, relacionados às experiências anteriores que são o ponto de partida para um novo aprendizado.

Sendo assim a nota 7,8, alcançada no IDEB (Índice de desenvolvimento da Educação Básica) pelos alunos do 5º ano da E.E. Dr. Ulisses Vasconcelos, vem respaldar a educação de qualidade da referida escola e subsidiar a análise dos resultados obtidos, implicando assim na tomada de decisões e procurando também definir estratégias para melhor envolver a comunidade neste processo, para que possa garantir um sucesso ainda maior nos resultados futuros.

|

CAPÍTULO 2 - TIPOS DE AVALIAÇÃO

2.1 – Avaliação Diagnóstica

Uma avaliação diagnóstica se dá, desde o primeiro contato do professor com os seus alunos. Iniciando-se a partir do olhar do educador, quando recebe seus alunos, conversa, troca carinhos, estimula a sua criatividade, desenvolve atividades lúdicas que possam propiciar as observações necessárias a uma avaliação bastante dinâmica. Cabe a este professor ter a capacidade de observar, analisar, ter um conhecimento de psicologia do desenvolvimento e da aprendizagem para que possa fazer um diagnóstico fiel do seu aluno.

Para Melchior (2002, p.23/24), o professor que realiza a avaliação deve promover situações e/ou tarefas em que, através do diálogo e discussão, se processará a análise crítica sobre a real condição do educando. Dentre essa ideia, a autora afirma que assim, o professor terá um ponto de partida para que articular formas para que o educando supere os aspectos que não foram vencidos.

A avaliação diagnóstica está presente a todo o momento da vida escolar do educando, não somente no início do ano letivo que serve como diagnóstico observativo do professor, mas também ao longo de todo o processo de desenvolvimento dele.

Segundo Luckesi (2002, p. 173), “o diagnóstico tem por objetivo aquilatar coisas, atos, situações, pessoas, tendo em vista tomar decisões no sentido de criar condições para obtenção de uma maior satisfatoriedade daquilo que se esteja buscando ou construindo”.

É nesse momento que “podemos entender a avaliação da aprendizagem escolar como um ato amoroso” (LUCKESI, 2002, p.173), quando o educando demonstra-se inseguro diante de um ser estranho em sua vida e passa a conviver, de forma a confiar e aprender, construindo um vínculo afetivo que fortalece e contribui na construção do conhecimento de forma positiva. Sendo assim o papel do professor/mediador, como um facilitador da consolidação do aprendizado.

A avaliação diagnóstica servirá de ajuda ao processo de ensino aprendizagem: fornecerá aos professores elementos que permitam identificar os conhecimentos prévios dos alunos, bem como os pontos críticos para que se avance na construção do conhecimento, tendo em vista um projeto de escola não-excludente. (CANEN, 1999, p.15).

Além da observação diária nas atividades lúdicas, no comportamento em todos os momentos e ambientes escolares, as atividades escritas completam um diagnóstico integral da real aprendizagem já adquirida por cada um.

2.2 – Avaliação Cumulativa

Numa análise dos conhecimentos prévios que os alunos trazem da sua vida escolar, familiar e social do seu entorno é possível que o professor consiga partir para uma aprendizagem mais elaborada, ou seja, mais formal que possa ser aprofundada mediante todos os conceitos básicos já construídos por ele.

É de fundamental importância que sua bagagem cultural de conhecimentos seja o ponto culminante para o desempenho de novas competências.

Neste momento, a participação de cada um contribui individualmente para a construção de novos conceitos de aprendizagem. A forma de conduzir todo este processo depende de um grande conhecimento e habilidade do professor para que durante um clima participativo, o educando não fique assustado e se feche a participação.

Quando é proposto para o educando atividades como debates, júris simulados, exposição de trabalhos, excursões, entrevista, palestras devem ser definidas as reais intenções para que ele possa interagir nestes processos, de forma a desempenhar o seu papel de participante ativo do seu aprendizado.

Melchior (2002, p. 24), afirma que:

Quando o professor vai discutir sua proposta de trabalho com os alunos, deve deixar claro para eles que os resultados da avaliação vão depender do desempenho deles ao longo de todos os momentos do processo e que todos os elementos, inclusive o professor, estão sujeitos à avaliação.

Para que essa avaliação se torne realmente eficaz é importante também participação ativa e decisiva do professor, estimulando o educando, aguçando a sua curiosidade de maneira que o mesmo possa suprir suas reais expectativas em relação ao objeto em estudo.

Intervindo e atuando de forma positiva com diversidade de possibilidades prazerosas e significativas, é possível identificar numa gama de atividades variadas, os conhecimentos construídos e as dificuldades detectadas para ser alvo de uma nova maneira de ser apresentada ao educando, procurando garantir uma aprendizagem efetiva.

De acordo com o artigo 69, inciso V da Resolução da SEE/MG nº 2197/2012, deve-se “fazer prevalecer os aspectos qualitativos do aprendizado do aluno sobre os quantitativos”(MINAS GERAIS, 2012), portanto a equipe pedagógica da E.E. Dr. Ulisses Vasconcelos procura mediar e conduzir a aprendizagem dos alunos, utilizando instrumentos variados como palestras, entrevistas, excursões, experiências, seminários, trabalhos e exposições, apresentações artísticas, gincanas de conhecimento, avaliações, testes, trabalhos em grupo, dentre outros; de forma a resultar a produção de conhecimentos adquiridos com múltiplas vivências pedagógicas.

2.3 - Avaliação Contínua

Já os incisos V, VI e VII do referido artigo e resolução supracitados, destacam que a avaliação da aprendizagem dos alunos deve:

V- assegurar tempos e espaços diversos para que os alunos com menor rendimento tenham condições de ser devidamente atendidos ao longo do ano letivo;

VI- prover, obrigatoriamente, intervenções pedagógicas, ao longo do ano letivo, para garantir a aprendizagem no tempo certo;

VII- assegurar tempos e espaços de reposição de temas ou tópicos dos Componentes Curriculares, ao longo do ano letivo, aos alunos com frequência insuficiente; (MINAS GERAIS, 2012)

Sendo assim a avaliação é um processo contínuo de aprendizagem, o qual os conhecimentos adquiridos vão se solidificando e os não adquiridos vão sendo revistos e reconstruídos com prática pedagógicas diferentes.

Na visão de Vasconcelos (1995, p.70):

A avaliação deve ter efeito prático: mudar a forma de trabalho tanto do professor (organizar recuperação paralela, retomar assuntos, explicar de outra maneira, mudar forma de organizar o trabalho em sala de aula, dar atenção especial aos alunos que tem maior dificuldade, etc.), quanto do aluno (empenhar-se mais, dar especial atenção à matéria com dificuldade, rever esquema de participação em sala de aula, rever método de estudo, etc.) e da escola (condições de estudo, espaço para recuperação, revisão de currículo, integração de professores, etc.).

É bastante relevante o posicionamento do autor em relação ao triângulo professor/aluno/escola, em que se a integração entre as partes não tiver um elo forte de ligação, não haverá verdadeiramente um sucesso efetivo não processo ensino-aprendizagem.

Para que a avaliação seja um processo contínuo, é necessário refletir sobre os resultados, sejam eles positivos ou negativos, mas que possibilitem uma análise e discussão e conseqüentemente uma observação permanente e completa que possibilitem ao professor conhecer as reais necessidades para o desenvolvimento progressivo do aluno.

Entende-se no art. 72, da resolução mencionada que:

A progressão continuada, com aprendizagem e sem interrupção, nos Ciclos da Alfabetização e Complementar está vinculada à avaliação contínua e processual, que permite ao professor acompanhar o desenvolvimento e detectar as dificuldades de aprendizagem apresentadas pelo aluno, no momento em que elas surgem, intervindo de imediato, com estratégias adequadas, para garantir as aprendizagens básicas.

Parágrafo único. A progressão continuada nos anos iniciais do Ensino Fundamental deve estar apoiada em intervenções pedagógicas significativas, com estratégias de atendimento diferenciado, para garantir a efetiva aprendizagem dos alunos no ano em curso (MINAS GERAIS, 2012).

Possibilitando um resultado de compromisso com a educação integral do educando, pautado numa educação de qualidade, os professores e equipe pedagógica da E.E. Dr. Ulisses Vasconcelos, tentam permear o seu trabalho com

responsabilidade em parceria com os pais, conscientizando-os que a progressão continuada e promoção automática dependem também do compromisso deles próprios com a aprendizagem contínua dos filhos de forma a garantir-lhe um amadurecimento intelectual e afetivo.

CAPÍTULO 3 - AVALIAÇÃO PEDAGÓGICA

3.1–Avaliação Interna

As avaliações internas servem para subsidiar ações futuras para melhorar as condições de aprendizagem dos alunos.

Vasconcelos (1995, p.53) afirma que “a avaliação é um processo contínuo que visa um diagnóstico [...]” e que para haver aprendizagem deve haver uma mudança na prática educativa.

Avaliar para crescer... Avaliar para aprender melhor... De forma diferente.

A avaliação interna composta pela avaliação diagnóstica, cumulativa e contínua como determinado na LDB, teoricamente contribuiria de forma totalmente positiva na construção de cidadãos autônomos, críticos e reflexivos.

Muitas das propostas atuais para a reconstrução da prática avaliativa mantêm o estabelecimento de parâmetros com os quais as respostas dos alunos e alunas devem ser comparados, e não rompem com as práticas de classificação. Algumas vezes se abandona a escala de 0 a 10, ou de A a E, ou deixa-se utilizar conceitos com “ótimo”, “bom” ou “regular”. Mas frequentemente estes são substituídos por outras expressões que não deixam de ter o sentido de hierarquizar os resultados alcançados. O contexto escolar adquire um certo grau de liberdade, mas os processos pedagógicos continuam vinculados a um produto previamente determinado. (Esteban, 2002, p. 13).

A escola vem avançando nas diversas formas de se conduzir o processo ensino-aprendizagem, mas por outro lado, parece ter estagnado na forma de avaliar a aprendizagem. Por mais que se fale que se avalia de forma diferente da escola tradicional, ao final de todo o processo faz-se o mesmo processo de avaliação. Não se abandonam os conceitos, as notas, as escalas em geral, pois não se descobriu ainda uma maneira diferente e inovadora, mesmo utilizando de palavras bonitas e de estudos extensos deste processo.

Os profissionais da educação precisam aprender a reconhecer e a disponibilizar seus saberes de modo a que estes produzam sentidos novos na avaliação da qualidade da escola. Evidentemente não se trata do único ator institucional apto a fazê-lo mas, com certeza, são atores estratégicos para mobilização dos demais. (SORDI, 2009, p. 333)

Os profissionais da educação, assim como os pais e responsáveis, precisam tomar consciência do seu importante papel diante da sociedade e que exerce influência direta na formação integral da criança, por isso devem proporcionar a ela um tipo de avaliação onde suas experiências e ações, permitam o pleno desenvolvimento, o seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Enquanto não se descobre uma maneira diferente de avaliar, a equipe pedagógica da E.E. Dr. Ulisses Vasconcelos procura fazer o melhor e, contudo colhe frutos bastante proveitosos diante da educação pública de Minas Gerais e especialmente em toda a sociedade setelagoana.

3.2- Avaliação Externa

As avaliações internas refletem diretamente no resultado das avaliações externas. Quer seja em nível estadual, quer seja em nível federal.

As avaliações externas têm como propósito, captar informações para decisões das políticas públicas ligadas diretamente à educação.

As avaliações em nível estadual avaliam nesta escola, os alunos do 3º ano do Ciclo da Alfabetização com a chamada avaliação PROALFA (Programa de Avaliação da alfabetização) nas habilidades e competências desenvolvidas em Língua Portuguesa e os alunos do 5º ano do Ciclo Complementar com a avaliação do PROEB (Programa de Avaliação da Rede Pública de Educação Básica) nas habilidades e competências desenvolvidas em Língua Portuguesa e Matemática. Em nível federal também são avaliados, censitariamente, os mesmos anos de escolaridade. Sendo os alunos do 3º ano do Ciclo de Alfabetização, avaliados anualmente pela chamada avaliação ANA (Avaliação Nacional da Alfabetização), nas competências e habilidades desenvolvidas em Língua Portuguesa e os alunos do 5º ano do Ciclo Complementar com a avaliação chamada Prova Brasil, nas competências e habilidades desenvolvidas em Língua Portuguesa e Matemática.

Também são aplicadas, em níveis estadual e federal, as avaliações amostrais, para o 2º ano do Ciclo de Alfabetização e para o 4º ano do Ciclo Complementar.

Os resultados das avaliações estaduais são divulgados como média de proficiência geral das turmas e o 3º ano também são divulgados resultados individuais com o gráfico de desempenho de cada aluno.

Já os resultados das avaliações federais são divulgados como média alcançada conforme meta projetada para o ano letivo em questão.

A avaliação educacional externa à escola, realizada em larga escala, cujo intuito é diagnosticar o nível de domínio das competências essenciais para a formação plena de indivíduos aptos a participar ativamente da sociedade, assim como os fatores contextuais relacionados a características demográficas, econômicas, sociais e educacionais que influenciam o desenvolvimento dessas competências pelos estudantes. (Miranda, 2011, p.9).

Estas avaliações são consideradas de larga escala, pois são analisadas de forma geral e abrangente. Partem do princípio básico de aprendizagem que o educando deve atingir.

A partir da análise dos resultados das avaliações interna e externa da escola, a equipe pedagógica, elabora um Plano de Intervenção Pedagógica (PIP) com objetivos de sanar as dificuldades de aprendizagem dos alunos que apresentaram um baixo desempenho no processo de ensino-aprendizagem.

Considerando os resultados destas avaliações é possível verificar um efetivo e significativo do desempenho dos alunos da E.E. Dr. Ulisses Vasconcelos, como pode ser confirmado nos gráficos constantes no PPP (anexo), e o compromisso que esta instituição tem com a qualidade da educação brasileira.

CAPÍTULO 4 - A PARTICIPAÇÃO DOS PAIS NO APRENDIZADO DOS ALUNOS

4.1 – Fator relevante na aprendizagem dos alunos

Pode parecer uma demagogia querer atribuir o sucesso da educação escolar à educação familiar, mas relativamente a educação em si, se faz de forma construtiva em parceria família/escola.

Desde a concepção humana é importante observar a construção de conceitos que são relevantes para o conhecimento cognitivo. Conceitos estes que se trabalhados em parceria família/escola servirão de ponto de apoio para o sucesso escolar do indivíduo.

Exceto algumas circulares e episódicas reuniões de pais, a avaliação é o vínculo mais constante entre a escola e a família. Os pais devem regularmente assinar os trabalhos escritos e, sobretudo os boletins, tomando conhecimento desse modo do nível e da progressão de seu filho, de suas dificuldades. A avaliação os tranquiliza sobre as chances de êxito de seu filho ou os habitua, pelo contrário, à ideia de um fracasso possível, até mesmo provável. (Perrenoud, 1999, p. 147).

Atribuir o êxito ou fracasso escolar a escola é uma forma dos pais se redimirem de suas próprias responsabilidades, uma vez que a presença deles como participantes ativos é fator preponderante neste processo de desenvolvimento.

Os pais são corresponsáveis, pois diante de um tempo de globalização, deixam de assumir o seu verdadeiro papel na criação dos filhos, enquanto genitores, para transferirem a sua responsabilidade para os professores e demais educadores da escola onde os filhos estão matriculados, como observamos na E.E. Dr. Ulisses Vasconcelos. Diante de tanto desafios da vida rotineira, os pais que mal dão conta de suas vidas, transformam os filhos em meros consumistas, deixando faltarem o essencial, ou seja, o carinho e atenção necessários ao seu desenvolvimento infantil.

A equipe pedagógica da E.E. Dr. Ulisses Vasconcelos, procura realizar reuniões periódicas e regulares com os pais ou responsáveis, com o objetivo de garantir o acompanhamento e a participação nas deliberações a serem adotadas pela escola.

São utilizadas as mais diversas estratégias pelo professor ou até mesmo por outros educadores, com a intenção de envolvê-los no processo educativo dos filhos. São enviados bilhetes, dados telefonemas e até mesmo a visita *in loco* para envolver a participação e compromisso deles.

Em pleno século XXI, pois pais já bem mais informados, diante de tanta tecnologia a seu alcance, desconhecem o principal papel de parceiro da escola como fator relevante na educação do filho.

É muito mais fácil atribuir toda a culpa do fracasso do seu filho em uma avaliação escolar ao educador do mesmo. Filhos que são depositados na escola que muitas vezes se faz em tempo integral (manhã e tarde) e que vão para suas casas simplesmente para passarem a noite com os seus pais.

Importante se faz na vida do filho, o pai que reserva um instante mínimo do seu precioso tempo para a formação integral do filho. Este precioso tempo, torna-se significativo na vida escolar, onde o filho procura fazer suas tarefas de maneira a demonstrar aos pais a satisfação da sua presença.

Os programas e os métodos da escola de hoje confundem os pais que não entendem nada de matemática de conjuntos ou dos conteúdos renovados do ensino da língua materna, das línguas estrangeiras, da história, da geografia ou das ciências. Em compensação, quando se fala do sistema de avaliação, a escola parece ainda muito próxima daquilo que os pais conheceram “em sua época”, mesmo quando deixaram a escola há quatorze anos. (Perrenould, 1999, p. 147)

Os pais ditos modernos, ainda têm pensamentos antiquados onde somente a nota ou conceito realmente valem como confirmação do bom desempenho do filho e a avaliação escolar é um instrumento real que demonstra este desempenho.

Para os pais, a comunicação verbal ou escrita bem elaborada, os conceitos diversos que o professor relata a respeito do filho serão sempre uma incógnita para avaliar o desempenho da criança, pois trata-se de relatos não comprovados em documentos oficiais da escola.

Portanto, a criança que não consegue expressar na resolução escrita de uma avaliação suas reais condições, pouco tem valor para a confirmação do bom desempenho dele.

Ainda são pouquíssimos pais que conseguem enxergar o bom desempenho escolar do filho com atividades escolares em que não existe o registro. Somente aqueles pais que acompanham diariamente os filhos na escola, dão assistência aos deveres e trabalhos de casa, conseguem realmente perceber o desenvolvimento cognitivo do filho e dar menos importância às avaliações escritas.

Para garantir bons resultados é imprescindível a discussão coletiva, a decisão de participar, a definição de metas e ações, o acompanhamento, a avaliação e a socialização dos resultados entre toda a comunidade. Passos estes importantes para a definição de responsabilidades e competências que mediante a participação dos pais nas reuniões periódicas ou com os seus representantes no colegiado escolar deve ser cada vez mais fortalecidos pela escola.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A aprendizagem se dá em um ambiente de afetividade, por isso deve-se priorizar um ensino de qualidade, em que cada aluno identifique seu conhecimento, sendo valorizadas e respeitadas suas características e potencialidades, como também a de todos os envolvidos no processo, com base nas Diretrizes Curriculares Nacionais, nas Naturezas Curriculares, utilizando-se dos demais recursos e fontes que possam garantir a formação de cidadãos participativos, críticos, durante sua caminhada de descoberta em busca da aprendizagem.

O fazer da Escola está embasado num modelo de aprendizagem dinâmico, interativo, no qual o aluno é o centro de todas as atenções e o professor o mediador do processo. Acreditamos que a verdadeira aprendizagem se dá quando o aluno constrói e reconstrói o conhecimento e forma conceitos sólidos sobre o mundo, o que vai possibilitar-lhe agir e reagir diante da realidade.

Assim, não há espaço na Escola para a repetição mecânica, automática, e, sim, para aprendizagens contextualizadas e significativas, onde a avaliação se dá de forma prazerosa, sem terrores e temores que possam contribuir para o fracasso escolar do educando.

O PPP foi elaborado com a participação de todos os segmentos da comunidade Escolar, de forma crítica e reflexiva, por meio de estratégias e ações que possibilitaram a acolhida de todas as contribuições pedagógicas.

Apesar de se viver em tempo de globalização, onde tudo se passa de forma quase que instantânea na vida de todos, a equipe da E. E. Dr. Ulisses Vasconcelos acredita que está crescendo cada dia mais a participação e interesse dos pais em relação a educação escolar dos filhos, mas ainda assim é insuficiente e há o que se melhorar neste aspecto.

Há uma grande demanda na procura de vagas na referida escola, uma vez que o empenho na qualidade do ensino é notavelmente demonstrado nos resultados das avaliações externas que medem o desempenho escolar das crianças.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL, (1996). **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei nº 9394/1996. Brasília: Senado Federal, 1996.

ESTEBAN, Maria Tereza (org.). **Avaliação: uma prática em busca de novos sentidos**. 4ª ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

HOFFMANN, Jussara Maria Lerch. **Avaliação: mito e desafio: perspectiva construtivista**. 35ª ed. Porto Alegre: Mediação, 2005.

LUCKESI, Cipriano Carlos. **Avaliação da Aprendizagem Escolar**. 13ª ed. São Paulo: Cortez, 1994.

MELCHIOR, Maria Celina. **Avaliação pedagógica: função e necessidade**. 3ª ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 2002.

MINAS GERAIS. **Resolução SEE/MG nº 2.179, de 26 de outubro de 2012**. Dispõe sobre a organização e o funcionamento do ensino nas Escolas Estaduais de Educação Básica de Minas Gerais e dá outras providências. Disponível em http://crv.educacao.mg.gov.br/aveonline40/banco_objetos/%7B3301864E-78ED41F3-A33F-E048C6FF27DE%7D_Manual%20da%ADI-13-08.pdf. Acesso em: 29/12/2014.

MIRANDA, Juliana. **Avaliação de Competências na Educação Básica: um marco referencial para a prática**. São Paulo: Moderna, 2011.

PERRENOUD, Philippe. **Avaliação: da excelência à regulação das aprendizagens – entre duas lógicas**. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1999.

SORDI, Mara Regina. **Da avaliação da aprendizagem à avaliação institucional: aprendizagens necessárias**. São Paulo, 2009.

VASCONCELLOS, Celso dos Santos. **Avaliação: Concepção Dialética-Libertadora do Processo de Avaliação Escolar**. São Paulo: Libertad, 1995.

ANEXO

Projeto Político Pedagógico da Escola Estadual Doutor Ulisses Vasconcelos



ESCOLA ESTADUAL DOUTOR ULISSES VASCONCELOS

PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO

**CLERA DE FARIA BARBOSA CUNHA
CRISTINA MARIA MANSUR TRINDADE
MÁRCIA PAULINA JORGE
RICARLA FRANÇA MARTINS
VALDIR ASSIS CRUZ**

SETE LAGOAS, 2014